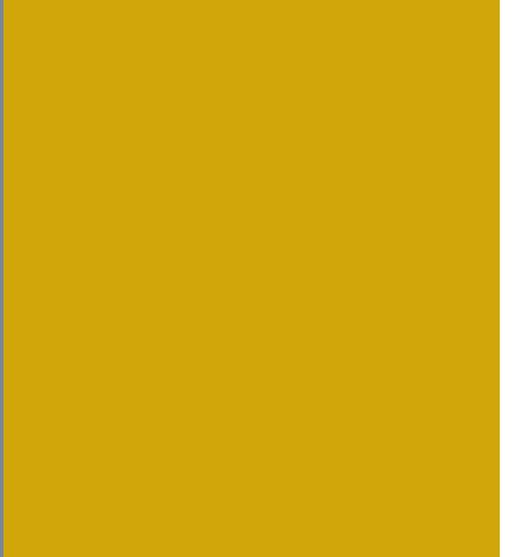


2008

AÇÕES MJ

Ministério
da Justiça





SEGURANÇA PÚBLICA

- 4 Pronasci
- 7 Polícia Federal
- 8 Força Nacional de Segurança Pública
- 10 Polícia Rodoviária Federal
- 11 Comportos
- 13 Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)
- 14 Registro de Armas
- 15 Departamento Penitenciário Nacional

ECONOMIA

- 17 Defesa da Concorrência
- 18 Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)
- 18 Defesa do Consumidor
- 19 Combate à Pirataria
- 21 Direitos Difusos

JUSTIÇA E CIDADANIA

- 23 Combate ao tráfico de pessoas
- 23 Estrangeiros
- 24 Comitê Nacional de Refugiados (Conare)
- 24 Classificação Indicativa
- 25 Reforma do Judiciário
- 25 Reforma Política
- 27 Comissão de Anistia

POLÍTICA INDÍGENA

- 28 Fundação Nacional do Índio (Funai)
- 29 Raposa Serra do Sol

RECORDE DE INVESTIMENTO

Em 2008, o Ministério da Justiça investiu **R\$ 2,5 bilhões** em segurança pública – é o maior valor já investido na área. Os recursos foram executados por Pronasci, Polícia Federal, Fundo Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

1. PRONASCI

Iniciativa inédita no país, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) reúne 94 projetos de repressão e prevenção à violência, enfrentando o problema na sua origem. Em 2008, o Ministério da Justiça investiu mais de R\$ 1 bilhão na implementação das principais ações do programa, beneficiando 18 estados e o Distrito Federal e 84 municípios que firmaram convênio com o Ministério da Justiça.

Com o avanço dos projetos, foram instalados os quatro primeiros Territórios de Paz: o marco de uma nova etapa do Pronasci, agora presente no dia-a-dia da comunidade. Outra ação prioritária foi o aparelhamento das instituições de segurança pública. O investimento de mais de R\$ 139,5 milhões, anunciado neste mês, vai garantir a compra de 10 mil etilômetros (bafômetros), 4 mil armas não-letais e 12 helicópteros. Os equipamentos serão distribuídos para as polícias estaduais e Rodoviária Federal. Além disso, já foram repassados R\$ 168 milhões a dez estados para a construção de presídios especiais para jovens adultos. Com o investimento, serão criadas 4.210 vagas no sistema penitenciário.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

a) **Bolsa Formação** - é um auxílio financeiro de R\$ 400 mensais para policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e peritos com salários até R\$ 1.700. Para ter acesso ao benefício, o profissional tem de participar de algum curso de capacitação gratuito reconhecido pelo Ministério da Justiça – nas modalidades presencial ou à distância.

BOLSA FORMAÇÃO 2008	
Beneficiados	Investimento
93 mil profissionais de segurança	R\$ 153 milhões

O Pronasci oferece duas opções para promover a qualificação do profissional de segurança pública:

- **Rede Nacional de Educação à Distância (EAD)** – 390.807 profissionais de segurança pública participaram dos mais de 30 cursos pela Internet em 2008 (o aluno pode participar das aulas num dos 270 telecentros instalados nas próprias corporações)
- **Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP)** – 2.250 profissionais capacitados em 66 instituições de ensino superior que oferecem 81 cursos gratuitos de pós-graduação e especialização em segurança pública.

b) Plano Nacional de Habitação - Um dos objetivos do Pronasci é proporcionar moradia digna aos profissionais e retirá-los de zonas de risco. O projeto é desenvolvido por meio de uma parceria do Ministério da Justiça com a Caixa Econômica Federal e conta também com a adesão dos estados.

Para ter acesso às casas populares, o profissional deve ter renda familiar mensal de até R\$ 2,8 mil. Os contratos serão do tipo arrendamento familiar (PAR) com vigência de 180 meses.

A Caixa oferece também carta de crédito de até R\$ 50 mil para o policial com renda familiar bruta menor que R\$ 4,9 mil e permitirá 100% de financiamento do valor do imóvel, com taxas de juros diferenciadas – de 6% a 8,16% ao ano.

CONTRATAÇÕES ATÉ OUTUBRO DE 2008

Alagoas	160 unidades entregues
Bahia	116 unidades entregues
Rio Grande do Sul	183 unidades entregues
Ceará	06 unidades entregues
Total de contratações	465 unidades entregues

PROJEÇÃO DE NOVAS CONTRATAÇÕES

Período	AL	RS	MA	BA	CE	PI	RJ	Total
30 dias	0	0	72	4	7	0	0	83
60 dias	87	45	0	5	0	0	1.400	1.537
90 dias	0	0	120	3	0	0	1.600	1.723
TOTAL	87	45	192	12	7	0	3.000	3.343

GGIM – O Gabinete de Gestão Integrada Municipal tem como pressupostos: prevenção, atuação em territórios locais e foco na juventude – envolvendo servidores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil, com o objetivo de otimizar ações de segurança pública e políticas sociais.

No âmbito das Unidades Federativas, desde 2003 os gabinetes desenvolvem ações preventivas e enfrentamento do crime organizado, como o combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas.

Resultado 2008 – 73 GGIM's já em funcionamento, sendo 55 GGIM's com monitoramento das ruas por sistemas de câmeras.

Valor total de investimento: R\$ 51.335.396,54

Presídios para jovens e adultos entre 18 e 24 anos – A iniciativa vai afastar jovens de presos perigosos, com salas de aula, cursos profissionalizantes e ala de saúde, com médicos. Cada unidade vai gerar 421 vagas. Inicialmente, as penitenciárias serão instaladas na Bahia e em Alagoas, Pará, Rio de Janeiro, Piauí, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) revelam que hoje a população carcerária do Brasil é de cerca de 443 mil presos - 112 mil são homens na faixa etária de 18 a 24 anos.

O dinheiro já foi repassado pelo Depen aos estados e será liberado pela Caixa Econômica Federal à medida que as obras de adequação ao projeto-executivo, como fundação, terraplanagem e saneamento forem executadas.

UF	OBJETO	VAGAS	TOTAL (R\$)
AL	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
BA	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
ES	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.700.000,00
MG	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
MT	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
PA	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
PA	Construção de Módulos de Saúde	-	693.000,00
PI	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
RJ	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.700.000,00
RO	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.850.000,00
RS	Construção de Módulos de Saúde	-	686.000,00
RS	Construção de Penitenciária Jovem/Adulto	421	14.700.000,00
-	Aquisição de Equipamentos de Segurança para Estabelecimentos Penais	-	18.626.793,00
TOTAL GERAL		4.210	168.055.793,00

Território de Paz – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Tarso Genro, lançaram em dezembro os quatro primeiros Territórios de Paz do país – conjunto de ações do Pronasci que incluem desde o policiamento comunitário até a participação dos próprios moradores no combate à violência.

Santo Amaro, em Recife (PE); Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro (RJ); Itapoã, no DF; e a Zona de Atendimento Prioritário 5, em Rio Branco (AC), receberam, simultaneamente, mais de 20 projetos.

2. POLÍCIA FEDERAL

Este ano, um Plano Estratégico pautou as ações da corporação, que tem buscado modernizar sua gestão. O esforço pode ser medido nas 215 operações especiais realizadas e nos mais de 3.922 mandados de prisão cumpridos – 60% na modalidade preventiva.

Exemplo de operações

- a) 32 de combate à corrupção – com a prisão de 432 pessoas, entre elas 137 servidores públicos;
- b) 17 de combate à lavagem de dinheiro e fraudes em licitações públicas – com a prisão de 195 pessoas;
- c) 44 de combate ao narcotráfico – com o cumprimento de mais de 50 mandados de prisão e 70 de busca e apreensão; e
- d) Cooperação internacional – a PF intensificou sua relação com instituições internacionais de Justiça, Segurança e Fiscalização, que resultou na prisão de 33 estrangeiros foragidos no Brasil (o maior número em oito anos).

INVESTIMENTO

O orçamento da Polícia Federal em 2008 foi de R\$ 3,9 bilhões. Os investimentos somaram cerca de R\$ 350 milhões, um aumento de 99% em relação a 2007, quando foram aplicados R\$ 182 milhões. Os investimentos com recursos do Tesouro Nacional no Plano Anual de Reparelhamento Policial totalizaram R\$ 150 milhões. Alguns deles:

- a) 4.000 equipamentos de informática (*desktops*, *notebooks* e impressoras);
- b) 1.200 veículos caracterizados, descaracterizados e de uso geral (pickup's 4x4, sedan, van, utilitários, etc.);
- c) R\$ 8,9 milhões de munições letais de treinamento e uso operacional
- d) R\$ 10 milhões em munições não-letais (pistolas *taser*, dispositivos lacrimogêneos e em borracha);
- e) Padronização de mobiliários e uniformes operacionais em âmbito nacional – R\$ 10 milhões para atendimento a todas as unidades do Brasil;
- f) R\$ 32 milhões em construção e reforma de diversas unidades, destacando-se a reforma do Edifício Sede em Brasília e da Superintendência do Rio de Janeiro.

IMIGRAÇÃO

Durante o ano de 2008, a Polícia Federal emitiu em todo o país mais de 1 milhão de passaportes no novo modelo do documento – um aumento de 250% em comparação às emissões de 2007 (387.322 passaportes). O novo passaporte é de cor azul e conta com 16 novos itens de segurança, respeitando as normas da ICAO (Organização de Aviação Civil Internacional, na sigla em inglês).

EFETIVO

Também em 2008, 764 novos policiais reforçaram o efetivo da Polícia Federal. Além disso, a Academia Nacional de Polícia formou e capacitou ao todo 9.816 servidores, sendo 551 em especialização *Lato Sensu*. Foram realizados também treinamentos e capacitação de 66 policiais de países africanos de língua portuguesa.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Indutora de políticas públicas e principal órgão executor do Pronasci, a Senasp atuou em 2008 para efetivar uma série de princípios do Programa: da polícia comunitária à política de baixa letalidade das armas, duas medidas basilares da mudança de paradigma no combate à violência. Dentro dessa política, a secretaria formou 14.923 profissionais de segurança pública em policiamento comunitário e adquiriu 4 mil armas não-letais para distribuir à Força Nacional e às polícias estaduais.

Responsável pela execução do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que, em 2008, deve executar os R\$ 294 milhões previstos no Orçamento, a Senasp adotou novos critérios para liberação de recursos do Fundo. A verba agora não pode mais ser usada na compra de armas inadequadas para uso em meio urbano (fuzis, metralhadoras, etc) – seguindo uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU).

3. FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Criada em 2004 para atender às necessidades emergenciais dos estados em segurança pública, a Força Nacional participou em 2008 de dez operações em todo o país. Só nas cidades do Entorno do Distrito Federal, onde a FNS ficou por um ano, de setembro de 2007 a outubro de 2008, 139 agentes foram acionados e a redução dos crimes foi drástica. Em Valparaíso, Jardim Ingá, Luziânia, Novo Gama e Cidade Ocidental, o número de homicídios no período caiu mais de 17%, enquanto o de furtos e roubos teve queda de 41,9% e 34,7%, respectivamente.

A tropa é acionada sempre a pedido do governador e também pode atuar em suporte às operações das polícias Federal e Rodoviária Federal, nos presídios federais e em grandes eventos, a exemplo do que ocorreu nos jogos Pan-Americanos. Cedidos pelos estados, os policiais da Força voltam às suas funções nos locais de origem após treinamento ou atuação, onde repassam os conhecimentos adquiridos aos demais membros de suas corporações. Veja abaixo as principais operações realizadas em 2008:

OPERAÇÃO	LOCAL	EFETIVO	INÍCIO	TÉRMINO	Resultados
Nova Maravilha	Rio de Janeiro	1.320	24.08.07	24.11.08	Retorno da sensação de segurança ao Complexo do Alemão.
Entorno do DF	Valparaíso, Jardim Ingá, Luziânia, Novo Gama e Cidade Ocidental.	139	23.09.07	23.10.08	Redução de 33% no total de ocorrências na região.
Carcará	Maranhão	96	05.10.07	20.03.08	Pacificação e reestruturação dos presídios em São Luís-MA.
Arco de Fogo	Rondônia	36	24.02.08	Em curso	Combate ao desmatamento e extração irregular de madeiras.
	Pará	21	24.02.08	Em curso	
	Mato Grosso	38	05.03.08	Em curso	
Estrela Radiosa	Alagoas	64	28.03.08	30.10.08	Diminuição do índice de homicídio em 28% em outubro de 2008 (em relação ao mesmo mês de 2007).
Upatakon III	Roraima	85	08.04.08	Em curso	Pacificação entre índios e não-índios na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.
Upaon-Acú	Maranhão	159	04.11.09	Em curso	Reestruturação do sistema penitenciário e combate ao roubo de bancos. Desmontada uma fábrica de armas com apreensão de 2.458 munições de vários calibres.
Labrador	Santa Catarina	44 homens / 12 cães	26.11.08	10.12.08	Resgate de 280 pessoas em áreas isoladas e de 8 corpos.

BEPE

O Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE) é um novo setor especializado da Força Nacional de Segurança Pública, criado em setembro de 2008. O BEPE funcionará como um batalhão-escola que poderá atuar de forma imediata em situações de grave crise. Será formado, inicialmente, por 550 policiais de 11 estados.

O objetivo é disseminar tecnologia de ponta e conhecimento com foco principal na preservação da vida e no respeito aos Direitos Humanos. Durante a formação, os policiais também estarão preparados e aquartelados para responderem com rapidez ao pedido de auxílio dos governos estaduais.

Pela proposta, cada estado deve ceder 50 policiais durante um ano, entre homens e mulheres, para receberem treinamento especial. Após esse período, os profissionais retornarão aos locais de origem com todo o equipamento utilizado durante a capacitação, incluindo viaturas, armas letais e não-letais, coletes e capacetes balísticos de última geração.

A diferença entre o BEPE e as ações regulares da Força Nacional é, principalmente, o tempo de resposta às demandas dos estados e a permanência. Quando o estado pede o auxílio da Força Nacional, da requisição dos policiais até a chegada no local da crise são necessários alguns dias. Com o BEPE, os homens já estarão aquartelados e poderão se deslocar rapidamente.

CAPACITAÇÃO

Além de atender ao pedido de suporte dos estados, a Força Nacional também desenvolveu atividades para a capacitação de profissionais de segurança pública. Em 2008, a Força Nacional reformulou as Instruções de Nivelamento de Conhecimento para atender as doutrinas mais atuais no que se refere à promoção de direitos humanos e uso progressivo da força, além da área voltada às atividades de defesa civil.

4. POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

REDUÇÃO DE ACIDENTES

Mesmo com o expressivo crescimento da frota nacional de veículos, 2008 ficou marcado pela substancial redução de acidentes, especialmente por causa da Lei Seca, que por iniciativa do Ministério da Justiça tornou crime o ato de dirigir após o consumo de qualquer quantidade de bebida alcoólica. A restrição ao comércio de bebidas em rodovias federais permitiu a redução de quase 5% no número de mortes na comparação entre 2007 e 2008.

Entretanto, o rigor da fiscalização nos 61 mil quilômetros de rodovias federais serviu para mostrar que parcela significativa dos motoristas ainda insiste em beber ao volante. De junho (quando a nova lei entrou em vigor) a novembro, a Polícia Rodoviária Federal efetuou 2.828 prisões por embriaguez e 2.486 condutores reprovados no bafômetro perderam a carteira de motorista por um ano, além de receberem multa de R\$ 950.

Com a nova legislação, passou a ser proibido dirigir com qualquer nível de álcool no organismo. Se o nível for igual ou superior a seis decigramas por litro de sangue, o motorista ainda pode ser preso e condenado de seis meses a três anos de prisão.

AQUISIÇÃO DE BAFÔMETROS

O Ministério da Justiça investiu R\$ 76,9 milhões na compra de 10 mil etilômetros, os populares bafômetros, para 2009 – dos quais 3 mil serão destinados à Polícia Rodoviária Federal e os outros 7 mil às polícias militares estaduais de todo o país. Cada aparelho adquirido custou à União R\$ 7.690. A meta é que até o final do ano cada viatura da PRF tenha pelo menos um aparelho.

Os primeiros 600 bafômetros serão entregues até o dia 31 deste mês e já reforçarão o trabalho das polícias estaduais e Rodoviária Federal durante o feriado de Ano Novo e a Operação Verão. Os critérios utilizados pelo Ministério da Justiça para definir a distribuição dos equipamentos em cada estado foram a extensão da malha viária, o número de acidentes e de vítimas, além do quantitativo de bafômetros de que cada polícia já dispõe.

Como as três empresas vencedoras da licitação não tinham capacidade de produção imediata, devido ao tamanho da compra, foi estabelecido um cronograma para a entrega dos aparelhos até dezembro de 2009. Mesmo assim, o Ministério da Justiça não descarta a possibilidade de efetuar novas aquisições nos próximos anos.

COMBATE AO CRIME

Os números operacionais da PRF bateram recordes, com a prisão em flagrante de 24.699 pessoas em 2008, por crimes de diversas naturezas. Mais de 3,3 toneladas de cocaína e 69 toneladas de maconha foram interceptadas nas estradas federais. A PRF destruiu em vários estados mais de 1 milhão de pés de maconha em ações conjuntas e recuperou 12.218 veículos resultantes de furto ou roubo.

Ações de repressão ao trabalho escravo, em conjunto com o Ministério do Trabalho, libertaram 895 pessoas. Houve, ainda, a apreensão de 78 mil metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente, além de 8.870 animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção.

A exploração sexual infanto-juvenil às margens das rodovias continuou recebendo atenção especial da PRF, que retirou 621 crianças e adolescentes de áreas e situações de risco.

POLÍCIA CIDADÃ

Até novembro, foram requalificados 4.745 policiais rodoviários federais no país - 14.740 horas/aula. A PRF inaugurou um novo centro de treinamento para profissionais e alunos de cursos de formação em Cachoeira Paulista / SP. Centros semelhantes existem no Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

O quadro de pessoal da PRF saltou de 10.098 para 13.098. Grande parte dos novos policiais serão lotados no Mato Grosso e Pará, integrando e povoando a maior fronteira agrícola do país.

A PRF promoveu mais de 300 ações de educação para o trânsito, dirigidas a aproximadamente 96 mil pessoas, sendo 40 mil crianças e adolescentes. Também participou ativamente do projeto "Siga Bem Caminho", em parceria com a Petrobras, voltado para os motoristas profissionais.

5. CONPORTOS

FISCALIZAÇÃO MAIS INTENSA

A Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) é um colegiado presidido pelo Ministério da Justiça. Foi designada pelo governo federal para implementar e fiscalizar medidas de segurança pública impostas pelo ordenamento mundial.

Em 2008, numa ação junto aos terminais que operam com comércio exterior, procurou certificar as empresas com a Declaração de Cumprimento do *ISPS Code* - um conjunto de ações para o controle de cargas, veículos e pessoas.

O *ISPS Code* adota a medida preventiva de proteção em função do risco de atentados terroristas e outros ilícitos. Os procedimentos foram instituídos pela Organização Marítima Internacional (IMO) após os ataques terroristas de 11 de setembro, em 2001. A IMO considerou, então, que todos os portos são suscetíveis a esse tipo de ato.

Este ano, foram fiscalizados 15 portos e terminais, o que resultou em nove certificações. A Conportos realizou o Curso de Segurança Portuária para os Países Sul-Americanos e firmou acordo diplomático entre o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A comissão também coordenou e acompanhou a visita da Guarda Costeira americana em Recife (PE), Salvador (BA), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS). E promoveu, ainda, a 8ª Edição do Curso Especial de Formação de Supervisor de Segurança Portuária (CESSP).

Além do MJ, o colegiado é composto pelos ministérios da Defesa, Fazenda, Relações Exteriores e Transportes.

6. DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (DRCI)

O combate à impunidade e ao crime organizado marcou o ano de 2008 no Ministério da Justiça. As extradições do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, para o Brasil, e do traficante colombiano Juan Carlos Abadia, para os Estados Unidos, além do bloqueio de US\$ 46 milhões ilegalmente enviados ao exterior, como parte da operação Satiagraha, apontaram para uma Justiça que não faz distinção de classe.

Tecnologia – Em outra frente, o Ministério firmou sete convênios no valor total de R\$ 15 milhões para a instalação de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) com o Departamento de Polícia Federal, a Polícia Civil da Bahia, a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro e com os MPs de Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Está prevista ainda a assinatura de convênios do LAB-LD com a Polícia Civil e o MP de São Paulo. Na primeira fase dos laboratórios, referente à inauguração, serão investidos mais R\$ 1,16 milhão em cada – o mínimo para que o LAB-LD funcione. Na segunda, haverá investimento adicional de R\$ 990 mil em cada um para aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades.

Desde 2007, os laboratórios cruzam dados e informações que embasaram, por exemplo, a Operação Aquarela, da PF, que desarticulou uma máfia especializada em lavagem de dinheiro. O LAB-LD também foi decisivo para a condenação em São Paulo de quatro integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro é uma das ações estruturais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para o enfrentamento à corrupção e ao crime organizado.

MANUAL DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

O MJ lançou o Manual de Cooperação Jurídica Internacional, para capacitar os operadores da área do Direito com informações sobre o trabalho no âmbito civil e penal. A iniciativa da Secretaria Nacional de Justiça também dá exemplos práticos de contatos com países parceiros, que possuem legislações específicas.

Entre 2007 e 2008 já foram negociados 11 acordos bilaterais de cooperação jurídica internacional em matéria penal com países como Argélia, Bahamas, Bélgica, El Salvador, Romênia, Síria Marrocos, Nicarágua, Jordânia, Honduras e Panamá. Os dois últimos estão sendo apreciados pelo Congresso Nacional.

ENCCLA

O Ministério realizou em Salvador (BA) a 6ª edição da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O encontro definiu três eixos estratégicos – operacional e estratégico, jurídico e de tecnologia da informação – nos quais ficaram estabelecidas ações de enfrentamento à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro por meio do comércio, como a identificação de matriz de risco (tipologias), e a regulamentação das técnicas especiais de investigação.

7. REGISTRO DE ARMAS

CAMPANHA PARA REGISTRO DE ARMAS

O Ministério da Justiça lançou uma grande campanha publicitária para informar o cidadão e alavancar o número de legalizações e entrega de armas. Até novembro, foram entregues 16.310 armas, concedidos 77.707 registros, renovados 107.892 registros estaduais, expedidos 8.948 portes e apreendidas 12.594 armas.

O Ministério da Justiça retomou em 2008 a Campanha de Desarmamento. Diferentemente da primeira mobilização realizada entre 2004 e 2005, a entrega das armas pode ser feita a qualquer tempo. A indenização varia de R\$ 100 a R\$ 300. O governo destinou um orçamento de R\$ 40 milhões de reais para os pagamentos.

O Estatuto do Desarmamento prevê que o cidadão tenha a possibilidade de ter a arma em casa, porém, obrigatoriamente com registro atualizado. O proprietário pode ser preso por posse ilegal - um a três anos de detenção.

Para registrar a arma é necessário comprovar idoneidade, não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa. Conforme texto aprovado na Câmara, quem registrar ainda este ano não precisa comprovar capacidade técnica e de aptidão psicológica.

Em janeiro de 2009, os exames passam a ser obrigatórios e as taxas voltam a ser cobradas: registro (R\$ 60), treinamento (R\$ 80) e psicotécnico (R\$ 60 a R\$ 80). Quem fizer o registro ainda em 2008 só pagará esses valores ao renovar o documento, que é válido por três anos.

A Campanha Nacional do Desarmamento é uma das ações previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para enfrentar a criminalidade. O Ministério da Justiça estima que 4 milhões de armas estão sem registro no país. As regras para compra de armas novas não foram alteradas.

8. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

DEPEN FINANCIA PENITENCIÁRIAS PARA JOVENS ADULTOS

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça continuou com sua política de incentivo ao desenvolvimento de projetos estaduais. O Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) dispôs de R\$ 356 milhões para aplicar nos projetos de construção, reforma e ações de ressocialização, de incentivo à aplicação de Penas Alternativas, entre outras.

Em 2008 o Depen teve como um de seus desafios a construção de presídios especiais para jovens adultos – prevista no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Foram entregues os projetos-executivos das unidades para Bahia, Alagoas, Pará, Rio de Janeiro, Piauí, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Os estados estão prontos iniciar as obras e concluí-las até o fim de 2009.

As penitenciárias do Pronasci terão espaços para salas de aula, cursos educacionais e profissionalizantes. Cada detento ficará em uma cela com outros cinco apenados e, se necessário, terá à disposição uma moderna ala de saúde, com médicos, psicólogos e também assistentes sociais.

A definição da faixa etária entre 18 e 24 anos não permitirá que estes presos dividam espaço com detentos mais velhos e experientes, que poderiam exercer uma influência negativa sobre eles. Cada uma das penitenciárias vai gerar 421 vagas.

O dinheiro já foi repassado pelo Depen aos governos estaduais. A quantia será liberada pela Caixa Econômica Federal à medida que as obras de adequação ao projeto-executivo, como fundação, terraplanagem e saneamento, forem executadas.

Outro desafio: enfrentar o quadro de superlotação nas carceragens brasileiras. O país possui cerca de 440 mil presos e um déficit de 185 mil vagas. Uma das medidas que podem contribuir para mudar esse cenário são as penas alternativas. Dados colhidos pelo Depen este ano apontam que o número de pessoas que cumprem penas ou medidas alternativas no país já é equivalente ao número de presos.

O Depen anunciou o local da construção da 5ª penitenciária federal, que será o Distrito Federal. A unidade ficará em uma área próxima à do Complexo da Papuda, de propriedade da União. A expectativa é de que as obras comecem no primeiro semestre de 2009.

Nas penitenciárias federais de Catanduvas e Campo Grande houve cursos de qualificação profissional em mecânica e segurança alimentar, resultado de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Foram três meses de aulas a distância. A iniciativa abre as portas para o mercado de trabalho e inserção social depois do cumprimento da pena.

E estão abertas as inscrições para a contratação de mais 600 agentes para as penitenciárias federais de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO), cujas obras já estão concluídas, mas não puderam ser inauguradas por falta de profissionais. Provavelmente começam a funcionar no primeiro semestre de 2009.

1. DEFESA DA CONCORRÊNCIA

COMBATE A CARTÉIS

O ano de 2008 foi um marco no combate aos cartéis pela Secretaria de Direito Econômico, em parceria com a Polícia Federal, ministérios públicos e o Ministério da Fazenda. Em operações recordes, foi possível o cumprimento de 91 mandados de busca e apreensão de documentos para a obtenção de provas de organizações criminosas, especialmente em Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo – com destaque para a defesa da concorrência na área de combustíveis e licitações.

O Departamento incrementou o combate a cartéis em compras públicas, a fim de inibir o crime em licitações que transferem recursos públicos para empresas que fraudam o caráter competitivo da disputa. Em 2008 foram realizadas as primeiras operações de busca e apreensão de documentos da Coordenação para Combate a Infrações em Compras Públicas: Operação Espelho D'Água (coleta e transporte de lixo no Rio Grande do Sul) e Operação Ciranda (portas giratórias adquiridas pelo Banco do Brasil).

A atividade do DPDE no combate a cartéis cresceu consideravelmente desde 2003, contando inclusive com reconhecimento internacional e aumentando o leque de cooperação com outras autoridades. Nesse sentido, em 2006, 21 processos foram enviados ao CADE para julgamento. Em 2007 esse número chegou a 90. De janeiro a novembro deste ano foram 134 os casos encerrados na SDE e enviados ao CADE.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

“MADONNA”

Em abril de 2008 foi deflagrada a “Operação Madonna”, em Cuiabá. Empresários foram detidos por suspeita de envolvimento em cartel de revenda de combustíveis. Eles combinavam preços e negociavam com distribuidoras e donos de postos de gasolina na região metropolitana da capital matogrossense.

“MÃO INVISÍVEL”

A maior operação de combate a cartel de combustível da América do Sul aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foram cumpridos 42 mandados de busca e apreensão e efetuadas 24 prisões temporárias.

2. CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça, tem como principal função atender aos preceitos legais de garantir a livre concorrência no mercado brasileiro.

Em 2008 o Cade distribuiu e julgou 757 casos entre Processos Administrativos, Atos de Concentração e Averiguações Preliminares. Destes números, 347 casos ainda estão aguardando julgamento, incluindo os encaminhados em 2007.

O recolhimento das multas aplicadas pelo Cade aumentou de R\$ 1,8 milhão, em 2005, para R\$ 64 milhões, em 2008.

3. DEFESA DO CONSUMIDOR

REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SACS)

Uma das principais ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça na área de defesa do consumidor foi a regulamentação dos Serviços de Atendimento por telefone (SACs), por meio do Decreto nº 6.523 e da Portaria MJ nº 2.014.

A iniciativa obriga empresas dos setores regulados pela União – ou seja, telefonia, serviços financeiros (bancos e cartões de crédito), energia, planos de saúde, aviação civil e transporte urbano – a cumprirem novas regras para o atendimento por telefone ao consumidor.

Desde o dia 1º de dezembro o consumidor passou a ter direito a falar diretamente com um atendente, ter sua história contada apenas uma vez, ter acesso à gravação do seu histórico, cancelar serviços e obter o resultado de suas reclamações em até cinco dias úteis. Além disso, o tempo de espera na linha fica reduzido ao máximo de 60 segundos. As empresas que descumprirem as regras estão sujeitas a multas de até R\$ 3 milhões.

Dados colhidos junto aos Procons estaduais mostram que o setor bancário foi o que melhor se adaptou. Já telefonia e TV por assinatura não demonstraram o mesmo empenho

CADASTRO NACIONAL DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS

Procons de 19 estados e 6 municípios consolidaram este ano 93 mil reclamações, envolvendo aproximadamente 9 mil fornecedores. O cadastro é importante fonte de consulta, não apenas para os órgãos e entidades envolvidos na proteção e defesa do consumidor, mas para o cidadão brasileiro.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) iniciou este ano uma série de atividades com outros órgãos do setor. Uma delas foi a criação do Centro Integrado de Monitoramento dos Alimentos (Cqualite), em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Agricultura e Pecuária, com o objetivo de fortalecer as medidas de prevenção e combate a desvios de qualidade do leite.

Há também uma articulação junto à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e aos Procons para implementação de ações que atendam o tempo de espera em filas nas agências. O DPDC também promoveu a capacitação de 878 agentes integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, por meio de 16 cursos.

4. COMBATE À PIRATARIA

O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um novo plano estratégico que envolveu parceiros diversos, como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que já ajuda na repressão ao comércio de medicamentos falsos.

As polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), juntamente com a Anvisa, apreenderam no início de dezembro 4 toneladas de remédios no Amazonas. Pela lei brasileira, contrabando e falsificação de remédios é considerado crime hediondo, com pena prevista de 4 a 12 anos de prisão.

A partir de 2009 a ênfase será no envolvimento direto do consumidor. O desafio do Conselho é envolver vendedores de produtos formais que sofrem com a competição desleal para a promoção de campanhas em cinemas, shoppings e nas lojas.

O trabalho incluirá ainda indústria e comércio na conscientização do cidadão, não apenas sobre os efeitos nocivos dos produtos ilegais, mas também sobre a sustentação do crime organizado. Fora a perda de empregos no mercado de trabalho e de impostos. O CNCP também deve firmar parcerias com provedores de Internet e estimular a abertura de novas delegacias especializadas e o treinamento intensivo de policiais.

Desde a criação do CNCP, há quatro anos, o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano a Polícia Federal prendeu 438 pessoas.

O Conselho é vinculado ao Ministério da Justiça e reúne outras pastas do Executivo (Fazenda, Trabalho e Emprego, Relações Exteriores, Cultura, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência e Tecnologia), além de parlamentares e representantes da iniciativa privada.

APREENSÕES PELA PRF EM 2008:

AÇÃO	CD/DVD (Un.)	Cigarro (pacotes)	Informática (Un.)	Eletrônicos (Un.)	Medicamentos caixas	Bebida (L.)
2008	6,7 milhões	1,5 milhão	73 mil	208 mil	493 mil	97.557

INQUÉRITOS PELA PF EM 2008

2008	10.982
------	---------------

5. DIREITOS DIFUSOS

DIREITOS DIFUSOS

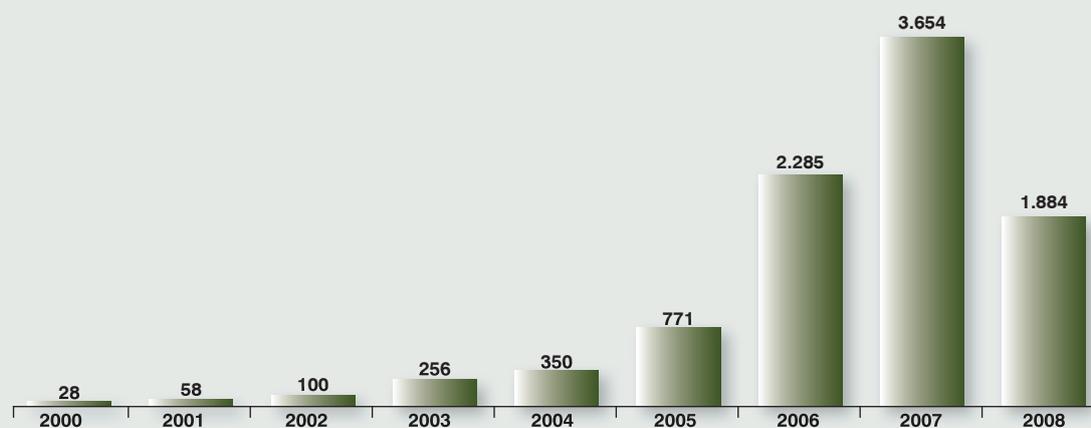
O Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) foi criado para gerir os recursos depositados na conta do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, visando reparar danos causados em especial ao meio ambiente e bens de valor artístico e histórico.

O número de projetos encaminhados ao CFDD vem crescendo substancialmente. Começou com 198 propostas entre 1999 e 2002. Em 2007 este número saltou para 3.384 cartas, sendo apoiados 70 projetos.

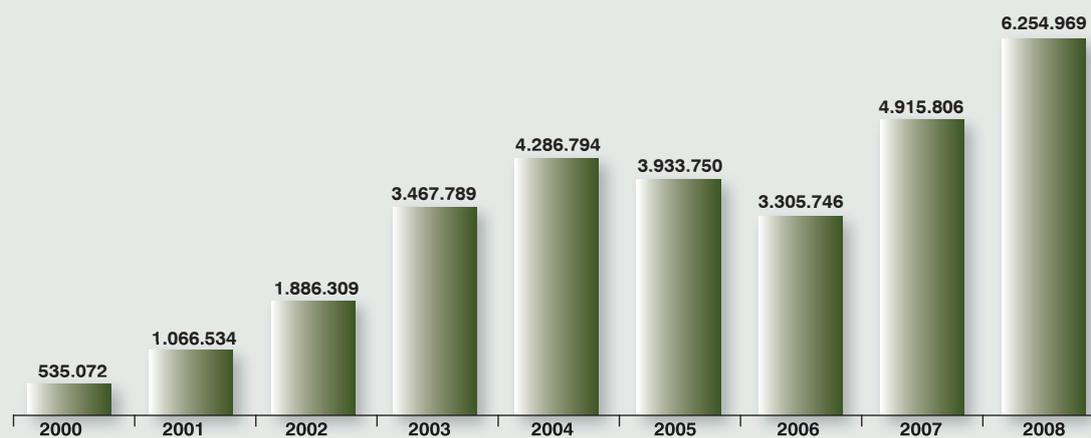
A grande inovação em 2008 foi a publicação pelo Conselho da Resolução nº 20, que introduziu linhas temáticas para que os interessados em receber recursos em 2009 se orientassem quanto a relevância dos projetos a serem apresentados. Houve uma redução no número de cartas-consulta e um significativo aumento da qualidade nos pleitos.

O orçamento do CFDD para projetos em 2008 foi da ordem de R\$ 6,4 milhões. Destes, foram aplicados, efetivamente, R\$ 6,2 milhões em 28 convênios com órgãos civis e públicos e 7 termos de cooperação com entidades federais – isso significa a execução de 97% do orçamento.

PROJETOS APRESENTADOS PLEITEANDO RECURSOS DO FDD



RECURSOS DO FDD APLICADOS (R\$)



RECURSOS INVESTIDOS EM PROJETOS



1. COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

O enfrentamento ao tráfico de pessoas tem sido uma prioridade da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), que tem firmado acordos com órgãos públicos e privados para o combate a esse tipo de crime. Ainda não há um número consolidado de pessoas que estariam sendo aliciadas ou simplesmente enviadas ao exterior para prostituição ou outras utilidades ilícitas.

Em 2008, o ministério investiu R\$ 496 mil no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Os recursos foram repassados a Goiás, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Pernambuco – estados conhecidos como rota do tráfico.

A Secretaria tem procurado aprimorar as medidas nessa área, como o “Prêmio Libertas” – o primeiro concurso de monografia sobre o tema, voltado para graduados e universitários para incentivar o meio acadêmico bons trabalhos que sirvam de subsídios para novas políticas públicas, mais efetivas e condizentes com a realidade brasileira.

As seis vencedoras foram mulheres, o que demonstra um profundo conhecimento e preocupação da classe feminina sobre o assunto. Os temas tratam da migração, prostituição, trabalho escravo, tráfico de mulheres, aspectos jurídico-penal e relações internacionais.

2. ESTRANGEIROS

NOVA LEI DE ESTRANGEIROS

A Nova Lei de Estrangeiros – a atual data de 1988 – deverá adequar o país à realidade migratória contemporânea, tratando a migração como um direito do homem. A proposta já está em análise na Casa Civil.

A outra proposta em estudo é a concessão de uma nova anistia geral aos estrangeiros que vivem no Brasil de forma irregular – a última vez em que isso

ocorreu foi em 1998. O objetivo é legalizar a situação de 50 mil estrangeiros em solo nacional e obter o mesmo tratamento para brasileiros que vivem em outros países.

3. COMITÊ NACIONAL DE REFUGIADOS (CONARE)

Populações inteiras, movidas por perseguição política, racial ou étnica, ou tocadas pela guerra se vêem obrigadas a procurar outros países em busca de proteção e de um recomeço de vida. O Brasil se tornou refúgio para pessoas de 71 nacionalidades.

Ao longo de 2008, o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) analisou 279 solicitações, das quais 76 foram aceitas e 203 indeferidas. No Brasil existem hoje 3.918 refugiados – 3.541 reconhecidos depois que chegaram. Outras 377 fazem parte do Programa de Reassentamento. A proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) permite a transferência de refugiados para outras nações a fim de garantir a segurança dos mesmos.

4. CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Nos 12 meses desde que o sistema entrou em vigor – em julho do ano passado – o Ministério da Justiça classificou cerca de 1.800 obras, das quais mais de 1.700 tiveram a autoclassificação deferida. Apenas 50 processos foram indeferidos, pelo aumento ou diminuição da autoclassificação pretendida.

A portaria que estabeleceu as novas regras de Classificação passou a ser inteiramente cumprida a partir de abril, quando as emissoras do Mato Grosso, Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima começaram a respeitar a hora local de cada município para a definição da faixa etária e exibição da programação.

Para saber como os brasileiros percebem o sistema de Classificação Indicativa adotado no Brasil, o Ministério da Justiça realizou pesquisa de opinião com 2002 pessoas, cujos resultados serão conhecidos ainda no primeiro semestre do ano que vem.

A sondagem investigou questões como a eficácia da política de Classificação Indicativa, as características e as percepções das populações-alvo acerca da televisão e da mídia e a eficiência da apresentação dos símbolos visuais que representam a classificação.

Os resultados estão sendo formatados e discutidos por um Grupo de Trabalho da Secretaria Nacional de Justiça e irão subsidiar o 2º Seminário Nacional sobre Classificação Indicativa, no ano que vem. Também para 2009, está previsto o lançamento de duas cartilhas sobre classificação: uma para surdos, na Linguagem Brasileira de Sinais, e outra para cinemas e vídeo-locadoras.

5. REFORMA DO JUDICIÁRIO

A democratização do acesso à Justiça, uma das prioridades do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), foi convertida no eixo principal das ações da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ).

O investimento na área foi de mais de R\$ 27 milhões. Desse total, R\$ 10,75 milhões foram investidos na efetivação da Lei Maria da Penha – em 13 Núcleos Especializados no Atendimento à Mulher e de Combate à Violência Doméstica, de 11 Juizados Especiais e quatro Defensorias Públicas Especializadas, além de duas Varas especializadas no tratamento de casos de Violência Doméstica e Familiar e uma delegacia especializada.

Outros R\$ 12,5 milhões foram investidos na Assistência Jurídica Integral a Presos e Familiares – ação que deve assegurar aos apenados o cumprimento de garantias constitucionais, como o pleno exercício do direito de defesa. Além disso, o Ministério da Justiça participou de mutirões para agilizar a análise da concessão de benefícios legais aos detentos, um deles em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Já o investimento em Justiça Comunitária alcançou R\$ 1,8 milhão e foi usado na criação ou fortalecimento de dez núcleos voltados para a resolução não violenta de conflitos. Ainda como parte da estratégia de ampliar a resolução de demandas por meios alternativos, o Ministério investiu no aperfeiçoamento de magistrados em técnicas de mediação e, por meio do Projeto Pacificar, na capacitação de alunos de Direito, incentivando as faculdades a adotarem essas técnicas em seus núcleos de Prática Jurídica. Nas duas ações, foram investidos cerca de R\$ 2,5 milhões.

6. REFORMA POLÍTICA

O Ministério da Justiça enviou recentemente à Casa Civil a proposta de Reforma Política, que deve ser enviada ao Congresso Nacional em janeiro de 2009.

Durante os meses nos quais o texto esteve em consulta pública, a Secretaria de Assuntos Legislativos recebeu 222 sugestões da sociedade a respeito de seis temas incluídos na proposta do Executivo, entre eles: lista fechada, inelegibilidade e financiamento público de campanha – os mais abordados –, além de fidelidade partidária, regras para coligações e cláusula de desempenho.

A maioria absoluta das sugestões partiu de pessoas físicas de 18 estados. Do lado das entidades, o pacote ganhou o apoio de peso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujas sugestões, em grande parte, coincidiam com o texto elaborado pelo Ministério da Justiça.

SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

O Ministério da Justiça participou em 2008 da elaboração de 30 leis sancionadas pelo Presidente da República. Outras 35 foram encaminhadas para análise da Casa Civil. Nesse conjunto de proposições, destacam-se algumas cujo impacto na vida da população é considerável: da legislação que aumentou o rigor contra o consumo de álcool antes de dirigir à que instituiu as ações sociais do Pronasci.

Aprovadas em junho, essas ações do Pronasci são peça fundamental da mudança de paradigma em curso na área de segurança: Mulheres da Paz, Bolsa Formação, Reservista Cidadão e Proteção de Jovens e Território Vulnerável (Protejo). Elas incluíram a comunidade – lideranças femininas, jovens e profissionais da área – como um dos agentes no combate ao crime.

Também merecem atenção os seguintes projetos aprovados neste ano: as novas regras para realização do Tribunal do Júri, que agilizam os julgamentos; a lei dos recursos repetitivos; e a lei que instituiu a guarda compartilhada para pai e mãe que não vivam sob o mesmo teto.

7. COMISSÃO DE ANISTIA

A Comissão de Anistia consolidou o seu novo perfil com projetos culturais, caravanas e sessões Temáticas. Os julgamentos, normalmente, foram em datas simbólicas, como homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em Brasília; Fórum dos Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo; em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Charqueadas (RS); e na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro.

Entre os processos julgados nas caravanas, destaque para os do ex-sindicalista e líder seringueiro Chico Mendes, realizada em Rio Branco no último dia 10; do ex-presidente João Goulart; do ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul Leonel Brizola; do ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont e da viúva do guerrilheiro Carlos Marighella, Clara Charf. A Comissão promoveu ainda uma série de seminários pelo país, como a que discutiu o papel da imprensa frente ao regime militar e a justiça de transição.

A Comissão apreciou este ano 9.300 processos, dos quais cerca de 5.300 foram deferidos.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

O Brasil possui aproximadamente 700 mil índios, que falam mais de 180 línguas. São cerca de 500 mil “aldeados”, pertencentes a mais de 220 povos, distribuídos em 654 terras - 12,9% do território nacional e 22,5% da Amazônia Legal. Desse total, 403 estão regularizadas e outras 125 em fase de estudos.

Desde 23 março de 2007, 28 terras indígenas foram reconhecidas pelo Ministério da Justiça, por meio de Portarias Declaratórias, e outras dez foram homologadas pelo Presidente da República. Há uma demanda represada de 12 relatórios de identificação ou revisão publicados, dos quais dez foram divulgados em 2008.

E novidades ainda surgem sobre povos isolados. Durante vôo no Acre, a Funai coletou imagens de indígenas isolados na margem esquerda do rio Envira, próximo à fronteira com o Peru. O grupo vive em seis malocas, possui área de roçado e os guerreiros têm aparência saudável.

RAPOSA SERRA DO SOL

Oito dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal já se pronunciaram a favor da retirada de produtores rurais na Raposa Serra do Sol, em Roraima. Apesar do pedido de vista do ministro Marco Aurélio de Mello, as comunidades indígenas comemoram a homologação, em área contínua, de 1,7 milhão de hectares.

A área – localizada no extremo nordeste do estado – foi homologada em 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo uma reivindicação histórica dos índios. Apesar de conter 194 aldeias, não é formada por ilhas. Os índios falam línguas parecidas e há até casamentos entre eles - criando uma rede de relações sociais que necessita ser preservada.

A Raposa equivale a 7,79% do território de Roraima e a densidade demográfica é de 19 mil índios, ao contrário de informações equivocadas. É maior do que nas demais áreas do estado, com exceção da capital, Boa Vista. Os índios possuem apenas o usufruto da reserva. O fato de haver demarcação de terras em área de fronteira não impede a entrada das Forças Armadas para a proteção da soberania nacional.



Ministério
da Justiça

